

Das discontinuidades na história da questão das Drogas: Alegorias psicotrópicas e o deslocamento de enunciados unívocos.

On discontinuities in the history of the "drug's problem": Psychotropic allegories and the displacement of univocal statements.

Getúlio Sérgio Souza Pinto; Luciana Vieira Caliman; Maria Elizabeth Barros de Barros

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

As substâncias psicoativas se tornaram elemento importante na sociabilidade contemporânea. Uma grande partilha social constituiu nos últimos 100 anos uma distinção entre as experiências de psicotropia legais e ilegais. Aos sujeitos no segundo polo são dados o tratamento policial e a violência. O presente artigo discute os efeitos dessa constituição histórica nas dimensões emocional, ética e técnica em torno do uso de drogas na contemporaneidade. Há uma aposta clara no desmonte das imagens cristalizadas que naturalizam as substâncias psicoativas ilegais como um mal em si. Para tal intento, o texto se constitui por dois movimentos. Inicialmente, é uma produção alegorista, uma vez que esse método se apresenta como potente instrumento de entrada nas urdiduras afetivas formadas em torno da “questão das drogas”; na segunda parte, compõe com pesquisas de cunho genealógico sobre a temática, trazendo densidade ético-política para a discussão.

Palavras-chave: drogas; alegoria; genealogia.

ABSTRACT:

Psychoactive substances became an important element in contemporary sociability. A great social splitting has constituted in the last 100 years a distinction between legal and illegal psychotropic experiences. The subjects in the second pole have been receiving policing and violent treatment. In this article, we discuss the effects of this historical constitution on the emotional, ethical and technical dimensions surrounding the use of drugs in contemporary times. We bet on the dismantling of crystallized images that naturalize illegal psychoactive substances as a harm itself. For this purpose, the text consists of two movements - Initially, it is an allegorical production, because this method seems to be a powerful tool of entry of the affective texture formed around the "drug issue"; in the second part, composes with genealogical research on the issue, bringing ethical-political density to the discussion.

Key-words: Drugs; Allegory; Genealogy.

1. Entreatos descontínuos ou alegorias de um silenciamento.

Era uma tarde comum de domingo e os Irmãos Sandino e Sandoval *lagartixavam* no escaldante sol daquelas terras. Passar o domingo sentado em frente àquele imponente vale, que é dono de uma das mais importantes revoltas da história¹

brasileira, não era qualquer coisa. Ficar ali tomando sol a conta-gotas era honrar a tradição daquelas terras.

Sandoval e Sandino eram irmãos inseparáveis. O primeiro, com 19 anos, era alto, magro e crepuscular; já Sandino, na época com 17 anos, era esportista, atlético, solar. Os dois eram frutos de uma mistura incomensurável de culturas. Meio nordestinos, meio cariocas, meio mineiros. Uma amálgama de português com índio, com italiano, com umas pitadas de alemão, somadas a várias doses socialmente veladas de sangue negro e demais etnias não definidas, porém, para todos os efeitos, eram brancos, altos, novos, e “classe-médios”.

E lá permaneciam os dois, contemplando aquele imenso vale onde serpenteia o famoso Rio Cricaré, em que portugueses encontraram a ira de guerreiros aimorés e sanguinárias batalhas foram travadas. Aquele vale, que outrora fora todo aquele território, quando não havia a área alta onde agora se situavam os altos “elegidos” pelos séculos de arqueologia de escravidão e pilhagem, formava uma linda imagem quando, nas estações de chuva, transformava o rio que jaz ao fundo da imagem em um grande oceano que cobre toda aquela grande extensão de terra. De cima, na região alta, os irmãos lá perduram como simulacro da história daquelas terras.

No meio do caminho, entre essa parte alta, onde é o bairro de Sandoval e Sandino, e o rio que fica ao final do vale (caminho de cerca de 1 km) havia uma pequena palafita, a qual jazia sozinha entre os pastos daquela região. Sandoval costumava ser dragado pela imagem dessa palafita a ponto de não ser nada além de um sopro na tez das horas quando se deixava levar por aquela mesmerizante visão. Era o que estava ocorrendo naquele momento. Cegado pela imersão ao longe na distante palafita, Sandoval mimetizava-se com o ambiente a sua volta, a ponto de ser só parte dos ares.

A uma certa altura, Sandino, percebendo a *cara de panqueca* do irmão absorto em quase-pensamentos olhando perdido para a pequena palafita, tem uma brilhante ideia e saca do bolso *um mafuá, uma brenfa, um baseado, um brau, um churriado, uma douradinha, um cigarro de fumo d’angola, um jaraqui, uma liamba, uma xibaba, um jerê, some pot, some weed, a bit of grass, some ganja, a joint, a climb, a catnip, a cancelled stick, a bomber, a blanket, a cripple, un pétard, un bédo, un cône, un jocko, un sdar, un ziggy, un bambou, une cigarette qui fait rigoler*, enfim, o definido pelo Brasil escravocrata como o condenado *Pito de Pango*:

- E então, *vamo* pitar essa massa, Rei?
- Tudo bem... respondeu o distante Sandoval.

Havia uma matemática para a criação de um *setting* para uso da substância. Era necessário se esconder o bastante para não ser visto, mas não o bastante para criar desconfiança do que faziam, característica específica do *setting* de uso permitido à nossa dupla de rapazes brancos bem nascidos, aos quais eram dadas certas possibilidades “impossíveis”. Os irmãos caminharam mais um pouco para próximo do barranco que descia para o vale, lá onde começava a propriedade do Portuga, o qual era dono de uma das ladeiras para o vale. Muitas vezes, quando criança, Sandoval se perguntava - como que podem deixar alguém ser dono de uma ladeira? Perto de onde estavam, havia também uma grande caixa d’água, a qual ficava bem próximo à casa do Portuga, que era sede da fazenda. A propriedade de Portuga se estendia ladeira abaixo até o vale. Lá se sentaram Sandino e Sandoval, ao lado do pilar da caixa d’água, acreditando estarem escondidos.

Neste icônico local, os dois irmãos luso-italo-baianos se estendiam fazendo uso daquela entidade milenar, a qual se confunde com a história da humanidade. Começando a experimentar a flexibilização do espaço e do tempo característica do contato com a entidade maconha, Sandoval se lembrou (mais pela sensação, menos pela imagem) de quando, cedo da manhã, ao subir no segundo andar de sua casa, via a formação de nuvens de vapor ao longe no vale. A formação das nuvens de vapor do rio-pasto-áreas-alagadiças criava uma névoa densa que se conectava com as nuvens no céu e o corpo de Sandoval estava sentindo essa imagem, mesmo sem que ela se formasse pronta na tela da consciência. Aquela sensação era indizível, porém criava inúmeras *imagens-palavras*. Sentia-se a névoa naquele momento e de relance lembrou que um amigo, certa vez, disse que aquelas nuvens eram as almas subindo aos céus. Daí se perguntou mentalmente – quais eram aquelas almas? Olhando para os pequenos bolsões de pobreza que se formavam ao longo das barras onde o vale encontrava o início da cidade, foi tomado por um conjunto descontínuo de pensamentos entrecortados em quase-sensações, quase-conceitos, quase-lógicas, algo como:

- Nesse vale se encontrava o barbarismo galício, o caráter guerreiro dos Aimorés e o sangue negro da escravidão. Lágrimas que nunca puderam ser choradas flanam azougadas na névoa do arrebol matinal formado pela evaporação da umidade milenar do leito de almas daquelas terras baixas. Sinto essas lágrimas centenárias chorarem sob minhas costas e um sangue não meu escorre de minhas mãos. Não tenho o direito a essas lágrimas, mas não quero que elas existam mais. Esse vale desacata até a maldade.

Ser atacado por esse turbilhão de pensamentos foi como acordar de um sonho debaixo d'água. Não sabia nem o significado de algumas palavras, mas algo o tocara imensamente e tinha vontade de chorar, de voltar no tempo, de voltar o tempo, de rasgar a história, de recontar os contos, de se narrar de novo, de se narrar ao novo. Olhou para o seu irmão e, entusiasmado, tentou explicar para Sandino o que havia pensado. O irmão olhou assustado e, sem entender muita coisa, disse:

- Mano, *tu é* muito louco, disse Sandino, soltando uma sonora gargalhada.
- Você é muito *zé-ruela* Sandino, e você o que *tava* pensando?
- Rapaz *tava* pensando só no cuscuz de coco que Pai fez e na sua *cara de panqueca*, respondeu Sandino, soltando mais uma gargalhada velhaca.

Numa coisa concordaram, era hora de seguir o rastro do cuscuz, afinal já se chegava próximo ou pouco depois das 10 horas e, se esperassem muito, seria o almoço. Seguiram lentos, porém presentes, o caminho de 240 passos até a casa deles. Quando chegavam à frente de sua casa, um grito ouviu-se ao longe – *PEGA LADRÃO!* Ao olharem atônitos e assustados, perceberam que o grito vinha da direção exata de onde eles estavam. Viram dois rapazes correndo e um grupo de cerca de 10 de pessoas atrás deles. Logo apareceu na janela de sua casa o rosto do Pai de Sandino e Sandoval, Sr. Cerqueira, perguntando estatelado – “O que que tá acontecendo?”.

- Pai, um ladrão, disse Sandoval.
- Vamos Sandoval, vamos! Disse Sandino puxando o irmão pelo braço e sendo agenciado pelo espírito de caça a bandidos.

Era a oportunidade única de Sandino fazer algo com toda aquela energia atlética que carregava em si e os dois irmãos saíram em correria. Atravessavam alucinados as esquinas seguindo o rastro de pessoas que, supostamente, haviam visto os ladrões, assassinos, estupradores, maníacos. Em cada esquina por qual passavam apressados, ouviam de relance fragmentos de diferentes histórias sobre o que havia acontecido. E corriam... corriam, e nunca chegavam até a multidão. Pararam por um segundo. Ao ver mais pessoas passando por eles, pensava Sandino – Alguma coisa muito séria esses caras fizeram e terão que pagar. Após cerca de quatro quilômetros de intensa correria, avistaram ao longe uma multidão imensa de pessoas em torno de algo. Chegando à beira do amontoado de “pessoas de bem”, os irmãos ouvem gritos ensandecidos: “Mata”; “Vagabundo”; “estupradores”. Nadando por entre braços e *pescotapas*, os irmãos vão adentrando heroicos e sedentos naquele lago de vozes e corpos em vozes. Ao chegarem à camada interna daquela imensa micela formada de afetos, via-se um grande núcleo livre e, no meio, três pessoas. De repente, reparam aturdidos os dois irmãos:

- PAI?

* * *

Cerqueira era um senhor de lá seus 60 e tantos anos. Militar aposentado, gabava-se de ser militar e militante. Do alto de seu um metro e setenta, impunha respeito pela honesta solidariedade e pelo legalismo *pero-non-mucho*. Ninguém respeita alguém que confia muito nas leis, mas confia em quem mantém a lei sem confiar muito nela.

Cerqueira tinha uns jargões clássicos, os quais Sandoval e Sandino cresceram ouvindo: “É preciso conhecer as leis, para saber quando elas devem ser quebradas em nome da vida”; “Trabalho difícil é apenas o caminho da Vitória”; “Na vida escolhemos ser coadjuvantes ou atores principais”. Sandoval sempre ria muito por dentro dessas coisas, pois as considerava pachorrentas. Uma frase, porém, sempre tocou Sandoval profundamente e era talvez uma pedra basilar de composição de quem ele era e mais à frente falaremos dela.

Era comum que os mais próximos a Cerqueira o acusassem de ser bobo, inocente, apesar da carranca de homem sério e da malemolência ítalo-nordestina que apresentava aquele baixo senhor trabalhador da segurança. Diziam isso, em especial

dona Angélica, esposa de Cerqueira e mãe de Sandino e Sandoval, pois Cerqueira sempre estava perdendo dinheiro em algum negócio em que fora desnecessariamente amoroso em horas de ser argucioso. Menos Sandoval. Este, por ser o mais velho, apesar de rir internamente dos jargões do pai, lembrava-se de que, quando criança, inúmeras vezes, em especial aos domingos, seu pai acordava cedo e o levava para passar pelos grotões que rodeavam a cidade onde moravam, local em que as pessoas costumavam não ter certeza da aproxima refeição, como vemos nos filmes. Com o carro cheio de mantimentos, Sandoval e Cerqueira iam de casa em casa auxiliando as pessoas, porém a coisa mais importante que ele ofertava não eram aqueles produtos, mas a atenção aos infortúnios daquele povo carcomido pela dureza das horas cruas, das horas áridas. Foi com esses domingos que Sandoval aprendeu que não se nega comida que te oferecem e que as pessoas que menos tinham eram as que mais ofereciam, mesmo que o prato estivesse imundo. Sandoval sentia com muita força as lembranças de infância quando, saindo do conforto de seu aquário burguês, ia com o pai aos mais miseráveis barracos e, ao chegar, via Cerqueira sentando com aquele povo com a mais pura honestidade emocional e sempre era servido algo a ele e seu pai. Lembrava-se de quantas vezes ao ser-lhe oferecido algo, sentia nojo devido às condições de higiene dos barracos. Lidar com aquele nojo era lidar com o que havia de repulsa da pobreza em si. Aquele nojo do copo sujo, do prato sujo era o resíduo presente nele do abismo social que colocava aquelas pessoas em condição de resíduo do sistema. E aos poucos começou a ter nojo de ter nojo da pobreza.

Ah... a frase! Certo dia, num desses fatídicos domingos, antes de entrarem no carro para voltarem para casa, Cerqueira tomou Sandoval, na época com cerca de 10 anos, pelos braços e disse – “Um homem deve ser respeitado por sua solidariedade e não por quaisquer outras coisas”.

Mas... se tem algo que o velho Cerqueira abomina é a tal da maconha. Como passara a vida inteira demonizando-a antes de experimentar, considerava que essa “droga poderosa fazia os homens ficarem loucos e vagabundos” e isso ele não permitia, mesmo desconfiando que seus filhos fossem adeptos dessa iguaria. Muitas vezes colocava Sandoval na parede, vociferando demônios sobre o futuro sombrio de seu filho se ele continuasse envolvido com “A Morte”. Falando nisso, outra coisa que Cerqueira gostava de dizer era que bandidos mereciam a morte.

Cerqueira odiava, na verdade, eram os “bandidos, ladrões que atentavam contra o cidadão de bem” e, nesse ínterim, aquele que se encostava à Maconha adquiria magicamente esse estatuto de bandido e, pela matemática moral de Cerqueira, deveria ser morto, o que fazia com que a conta não fechasse, né?!

Pois bem, no domingo, não menos fatídico, em questão no presente relato, Cerqueira havia acordado cedo, preparado o almoço e feito um belo cuscuz branco de tapioca com coco. Após isso, sentou-se frente à TV e se entregou ao seu ritual dominical atual, deveras menos caritativo, em que devorava petiscos e cervejas e brigava com a televisão. A certa altura, talvez quando já começava certo “milénar” programa de auditório e ele já soltava um “esse filho de uma p...”, ouvira ao longe o grito “PEGA LADRÃO” com um timbre essencialmente feminino. Uma certa vontade de si se viu emergindo dentro de nosso nobre senhor e, por um momento, sentiu o frescor da juventude chamá-lo à janela.

Ao chegar à janela, avistou Sandoval e Sandino e já pensou – Esses filhos de uma p. Já assaltaram alguém pra fumar aquela m. – e de pronto perguntou exasperado e com medo de que, enfim, tivesse que fechar a conta de sua matemática moral ou deixar de ser “matemático” – *O que que tá acontecendo?*

Respirou com alívio ao ouvir as palavras de Sandoval e se preocupou com a saída alucinada dos dois filhos. Num rompante heroico, foi ao quarto e desenterrou o empoeirado revólver 38 de sua época de policial e se preparou para a guerra com o mal. Desceu esbaforido e entrou em seu possante *Fiat Uno Mille*, partindo em direção ao problema. Por alguma obra do acaso, não esbarrou em seus filhos no caminho. Em cada esquina em que parava ouvia estórias absurdas sobre o que havia acontecido e, em fluxo descontínuo e caótico, formavam-se imagens de um inimigo a ser eliminado.

Ao curvar afoito a esquina do bairro para onde o cortejo de notáveis paladinos se encaminhou, avistou ao longe uma multidão se formando em torno de dois rapazes adolescentes negros e muitos já começavam desferir socos e chutes. Parou rapidamente o carro e desceu sacando a arma. Gritou uma, duas, três vezes até que deu um simbólico tiro para cima que logo silenciou e paralisou todos, fazendo-se presente de forma imanente o famoso monopólio do uso da força. Cerqueira seguiu imponente até os meninos e, ao chegar perto, pegou pelo braço os dois e aquela fina película de silêncio se quebrou. O monopólio da força ali encarnado por aquela figura começava a efetuar o seu papel de escape para as projeções animais da massa e então, de um burburinho,

emergem gritos e de repente a multidão novamente ensandecida exige que Cerqueira expie no corpo dos garotos as mazelas que compunham toda aquela miséria humana que a multidão encarnava. Por inúmeras vezes, Cerqueira volta-se para os rapazes perguntando o que eles haviam feito, mas não conseguia ouvir. Enfim, num certo momento, ao levantar a cabeça e tentar olhar em volta para ter uma ideia da multidão, reconheceu seus filhos logo à frente e juntando os vários fragmentos do que havia conseguido ouvir dos rapazes caçados pela multidão, conseguiu formar, enfim, uma imagem do que eles diziam. Sandino e Sandoval, por sua vez, ao mesmo tempo, conseguem ler os lábios dos dois rapazes:

- A gente tava só fumando maconha, senhor, entendeu Cerqueira.

Enfim, uma conta matemática com inúmeras variáveis não fecha na cabeça de Cerqueira, mas uma multidão cobra um resultado.

* * *

Falamos muito desse famigerado e histórico Vale. De fato, uma parte importante de nossa história ocorreu ali nas margens do Rio Cricaré. Tempos depois da Batalha do Cricaré, que ocorrera em meados de 1500, a região que se constituiu na margem do rio se tornou importante mercado da época colonial e hoje era o bairro chamado Porto, local onde emblematicamente há um monumento às prostitutas, as quais, tempos ainda depois, garantiram a preservação dos casarões coloniais. Esse mercado, transformado, em nossos tempos atuais, em sítio histórico, fora também local de um pelourinho e muito do que fora vendido naquele mercado foi o sangue negro.

O vale ficava em uma grande baixada em comparação à cidade que cresceu na parte alta da região. O bairro Porto era nessa região baixa. Em toda a franja do vale em contato com a cidade, nas ladeiras, ficavam os bairros mais pobres, formados em sua grande maioria de afrodescendentes, “herdeiros” do material e do imaterial de nossa história escravagista.

Gilberto e Jean Carlo dos Santos eram irmãos e haviam crescido na região do Porto. Pobres, negros e territorialmente periféricos naquelas terras, eram a insígnia da realidade sociocultural brasileira. O fato de a pobreza ser essencialmente negra e habitar as margens na parte inferior da cidade era uma alegoria telúrica de nossa sociedade.

Diferentemente do que ocorre em outras cidades, o morro nessa cidade era uma baixada. O morro era uma ladeira.

Gilberto, na época com 19, havia se constituído como sujeito tendo uma inserção apenas “estratégica” com o tráfico de seu bairro. Convivia... gostava de estar junto com os amigos, mas nunca arranhou maiores compromissos com o “movimento”. Apesar disso, gostava de fumar maconha. Era algo que o fazia pensar além, pensar mais, apesar de uma constante paranoia que sempre o acometia quando fumava. Gil, como era chamado entre os amigos do tráfico, era aquele que tinha uma *batalha*² e ele gostava desse respeito, não pela nobreza de ser trabalhador, Gil nunca se deixou levar por esse ideário, mas ser o cara que tinha uma *batalha* dava o respeito necessário e o deixava livre dos comprometimentos orgânicos com o mercado do tráfico. Outra coisa que Gil sabia e gostava de fazer era jogar futebol. Uma vez por semana, aos domingos, costumava subir a ladeira para jogar com os *muleques riquinhos* e dar *show*. No momento do jogo, sentia-se visível, mas, mais do que isso, sentia-se devolvendo algo.

Jean Carlo, talvez pelo nome de cantor de bolero, queria ser artista. Gostava de ser popular, cantava mais ou menos, dançava bem. Tinha o cabelo meio dourado meio branco, raspado nas laterais, formando um corte moicano frondoso. Na época, Jean tinha 18 anos. Este por sua vez nunca havia tido nem queria ter uma *batalha*. Também nunca quis muito respeito, bastava ter entrada nos espaços, e a lábia afinada do rapaz lhe dava entrada em todos os cenários possíveis. Dizia conhecer todas as drogas do mundo, mas na verdade mal bebia e nunca tinha feito nada além de dar umas tragadas em cigarros de maconha eventuais; conhecia palavras decoradas de inúmeros idiomas, mas não sabia contar até três em nenhum deles. A composição Gil e Jean era muito potente – substância e colorido. Eram queridos e amados na comunidade, principalmente, pois os dois, em si, eram uma família. Ninguém nunca soube sobre pais, avós ou tios. Todos sentiam como se aqueles irmãos tivessem brotado ali junto com a história daquela região.

De fato, pouco se sabia da história dos dois, uns diziam que eles vieram novos da Bahia e os pais foram mortos por ali. Outros, que eram moradores do mato que enfim ocuparam um barraquinho no porto. Sem a história “real”, o real para os dois era que os dois tinham só a si mesmos. Do que se sabe, diz o povo que pelo menos nos últimos 10 anos os dois estavam sozinhos naquele velho barraco bem próximo ao Rio Cricaré e que, antes disso, viviam com uma velha senhora que certo dia desapareceu, deixando-os

sós. Jean não tinha lembranças dessa época, porém Gil lembra. Lembrava-se, e quis esquecer muitas vezes, do dia em que, ao acordar pela manhã, deu-se conta de não ter mais ninguém além de ele e o irmão. Na época com nove anos, olhou seu irmão deitado na esteira de seu lado, procurou pela velha senhora, não encontrou e sentiu um frio na barriga. Minutos depois, foi à sala, chamou por dona Jô. Chamou uma, duas vezes e, na terceira, chorou de medo. Sentou-se no assoalho do barraco, olhou por entre as gretas das tábuas de madeira a lama de barro do rio que havia embaixo de seu chão improvisado e por um momento desejou escorrer como as lágrimas e ser água para se adaptar à dor, contorná-la. Passado alguns minutos não havia mais tempo para choro e, voltando-se para seu irmão, viu Jean dormindo sem nada saber e disse para si mesmo que nunca deixaria o irmão sofrer, mesmo que para isso precisasse sofrer. Uma vizinha assumiu a responsabilidade para fins de representação legal quando necessário fosse, mas os irmãos permaneceram vivendo os dois só no pequeno barraco. Assim continuaram a vida, contando com ajuda de outras pessoas do entorno, as quais costumavam se compadecer até a medida da conveniência. Cresceram e se constituíram nas barras da culpa do *status quo*.

A ladeira central que ligava o porto à cidade era ladrilhada com pedras grandes, antigas. Era uma estrada pesada, cravada no chão com peso de anos de trabalho escravo. Certa vez, subindo aquela ladeira, Gil ouviu de seu amigo: – “as pedras dessa ladeira têm mais de cem anos”. Gilberto, que se lembrava de ter ouvido dizer nas aulas de história algo sobre a escravidão e que o porto de São Mateus havia sido um importante polo de comércio de escravos, sentiu o peso daquelas pedras sobre seu corpo. Sentiu que foi a sua pele que esteve em baixo daquelas pedras as carregando e sobre elas sangrando. Sentiu raiva, sentiu dor, sentiu desprezo, mas não como uma dor histórica abstrata, era a dor real cotidiana que se conectava com a história em seu não-dito marcado na pele daqueles que a opressão visou calar. Ao sentir aquilo, porém, o tempo falava em seu corpo. Reconhecer essa dor o fazia encontrar a imagem *mudificada* de seu povo, o que profanava a “nobreza” da frase “essas pedras têm mais de cem anos”.

E pensava sobre esse dia naquele fatídico domingo subindo a mesma ladeira com seu irmão Jean – uma subida ladrilhada de infâmia. Tinham planos de jogar *a pelada* à tarde com o povo do bairro de Sandoval e Sandino. Nunca tinham ido lá. Gilberto esperava ansioso por fazer mágica no futebol, enquanto Jean esperava encantar alguma mocinha endinheirada. Enquanto subiam pela ladeira central que daria no

centro da cidade, resolveram desviar e passar lá por trás da cidade, uma vez que era lá ao final, perto do vale, que seria o jogo. Gil levava um pequeno cigarro de maconha e queria fumá-lo antes do futebol e decidiram passar pela ladeira que ficava na propriedade do Portuga, pois ficava muito próximo do campo onde iria jogar. Gil e Jean não imaginavam que alguém era dono daquela ladeira. Jean, apesar de retrucar num primeiro momento, cedeu, pois não veria maiores problemas, afinal era caminho.

Ao chegarem ao pé da ladeira viram ao longe, lá em cima, a grande caixa d'água. Subiram um pouco e adentraram na propriedade do Portuga, que, diga-se de passagem, não tinha nenhuma cerca e tinha os fundos abertos para o grande vale. Aprumaram-se numa árvore a cerca de 150 metros de distância da casa do Portuga. Gil estava tenso. Sentia, apesar da tranquilidade de estar na soleira de uma grande árvore, perto do rio e utilizando apenas uma planta, um calafrio atravessar seu corpo e cada pássaro era um susto. Olhava para os lados freneticamente, com a sensação de que alguém os pudesse estar vendo e ao mesmo tempo eles mesmos eram os olhos que os observavam. Jean sem entender muito disse:

- Eu hein Gil, porque você vai fumar se fica todo desse jeito?
- Ah *muleque* você não entende. Eu penso melhor, fico mais esperto quando eu fumo. E só tô bolado porque pode alguém ver a gente e num sei se tem alguém na casa. Depois que fumar passa, respondeu ofegante Gilberto

O sol escaldante piorava o contexto. Os irmãos Gil e Jean suavam e o calor era opressor. Sentia que o fogo fazia arder a ansiedade na pele como uma agonia encarnada. Por um momento foi pescado por um desses agônicos pensamentos e divagou em atos-pensados:

- Esse vale é a decida para um purgatório. Aqui nos encontramos com o que restou de 400 e tantos anos dessa cidade construída sobre o sangue de meus antepassados. As nuvens que se formam nesse vale são as lágrimas que foram choradas em ato de morte. Sinto essas lágrimas cortarem meu corpo e de meu sangue se fez essa cidade. A maldade deve ser dona desse Vale.

Retornar dessa divagação era como acordar de um pesadelo amarrado sobre um braseiro. Sentia aquele sofrimento encontrar morada em seu corpo e daí ele se reconhecia. Queria, porém e sinceramente, produzir outra vida pra si e seu irmão. Ainda meio aturdido, acendeu o pito e pensou: – Eh... já estou tentando fazer esse novo mundo para mim e meu irmão, resta esperar o que o mundo me reserva. Com a chegada das entidades *canábicas*, sentiu um misto de tranquilidade e euforia, que se misturava com uma paranoia, a qual já estava ali antes e que fora colocada por variáveis que estavam muito além da matemática Gil + Maconha.

* * *

O seu Portuga havia crescido ali naquela ponta final da cidade em sua propriedade que descia o morro e se encontrava com aquele imenso vale. Hoje era um senhor de cerca de 65 anos e a família era formada por ele, sua esposa, Dona Matilde, e seu filho Agenor, nessa época contando com cerca de 19 anos.

Figura sisuda e cotidiana, o Portuga não era muito afeito a qualquer coisa que não fosse sua fazenda, seu gado e sua esposa. Quanto a Agenor, há muito ele dizia que “esse *muleque* num tem jeito mesmo” e para nada contava com ele. Agenor, por sua vez, sob essa calma sombra, havia se constituído como os adolescentes de sua idade e, como tal, costumava esporadicamente fazer uso da famigerada erva proibida.

O garoto Agenor nunca fez muita questão de esconder, o que não implica dizer que ele dissesse de forma séria que fumava maconha. Até dizia *ipsis litteris*, mas sua fala caía no limbo de completo desprezo que o Portuga tinha pelo filho e flutuava incerta num campo entre a ironia, a glosa, o descabro e o escracho.

Todo domingo bem cedo, Portuga e Matilde descem o morro e cuidam do gado e retornam para a casa por volta das dez horas quando Agenor, geralmente, está a levantar. Não havia sido diferente naquele domingo, porém, ao voltarem da descida, por volta das 9 horas, não entraram diretamente na casa. Portuga sentou-se na porta da frente de sua casa passando pela lateral e Matilde se enfiou no galinheiro que ficava no outro lado da casa. Portuga enrolava um cigarro de fumo Goianinho na beira da porta. O processo lento de cortar os pedaços do pedaço de corda de fumo era relaxante, era um ritual ao qual Seu Portuga entregava seu ser. Gostava do ritual, gostava de rituais e de detalhes pesarosos. Ao longe, via os filhos de Cerqueira e sempre se intrigava com a

cara de panqueca do menino mais velho. Chegou a rir sozinho do moleque alto, magro igual um poste fitando o horizonte como se fossem apenas dois olhos enfiados em um palito.

Terminado de enrolar seu cigarrinho, Portuga se encaminhou em direção ao galinheiro para encontrar Matilde. Esse movimento aconteceu simultaneamente ao movimento de Sandoval e Sandino, que se posicionaram em frente aos pilares da caixa d'água no mesmo momento em que o Seu Portuga cruzou para o lado de trás da casa onde ficava o galinheiro.

Outro fato que também estava a ocorrer no mesmo momento foi o despertar fabuloso do jovem Agenor. Acordou, abriu os olhos, levantou-se, coçou o traseiro e pôs-se a andar em direção à sala que era o cômodo contíguo à entrada da casa. Ao chegar à sala, sentiu entrar pelas janelas um aroma que ele conhecia muito bem e que vinha dos irmãos Sandoval e Sandino:

- *Eita* rapaz! Essa Maconha é boa, gritou jocoso, porém honesto, Agenor.

Do lado de fora da casa, o Seu Portuga conseguiu ouvir nitidamente e reconheceu de longe a voz de seu filho e dessa vez, mesmo sem ver, mesmo apenas com o som, teve, pela primeira vez, um estalo dentro de si e a fala de seu filho sobre maconha soou verossímil. Sentiu um frio na barriga e uma necessidade de ação percorreu seu corpo. Imaginou sua casa sendo tomada por bandidos meio *zumbis* ávidos por qualquer coisa que pudessem trocar por drogas. Imaginou seu filho assassinado e/ou assassinando. Imaginou bandidos alucinados estuprando sua esposa. Imaginou seu filho caído babando, louco. Seu Portuga parou por um tempo de cabeça baixa, pensando, calculando sem números, e, num retorno vertiginoso e com todos os sentidos em alerta, deu meia volta e voltou para a frente da casa investigando cada detalhe.

Viu ao longe Sandoval e Sandino, indo embora lenta e vagarosamente. Voltou seu olhar sôfrego para dentro da casa e viu o filho andando em direção à cozinha, desengonçado e matinal. Não tendo encontrado nada, voltou olhando para os lados e para a frente.

Depois de examinar bem a parte frontal da casa, voltou-se para o fundo, porém, ao invés de ir em direção ao galinheiro, fitou a ladeira que dava no vale e ao longe avistou atrás de uma árvore dois rapazes negros. Eles tinham, na visão de seu Portuga,

os trejeitos de bandidos perigosos, tinham movimentos suspeitos. Mas isso nem chegava a ser um pensamento consciente no sentido estrito do termo. Os gestos dos garotos, sua forma de se portar, toda aquela imagem produzia uma percepção automática de que eles só poderiam estar ali para trazer todo o mal imaginado anteriormente e, num estalo exasperado, seu Portuga gritou:

- Seus bandidos, eu vou matar vocês!

Dito isso, desceu em disparada. Dona Matilde e Agenor, sem entender nada, foram automaticamente agenciados por aquela corrente e logo se direcionaram para a rua gritando: – “PEGA LADRÃO”. Uma imagem de um (*ultra*)*passado* está em vias agônicas de atualização distópica.

* * *

Enquanto dava as primeiras baforadas em seu Pito D’angola, Gilberto é tomado de assalto por um grito fraco pela distância: - *Seus bandidos, eu vou matar vocês*. Após o som do trovão, seguiu-se a imagem do raio: um velho senhor descendo a ladeira em direção aos dois rapazes.

Astutos, mas ainda sem entender o que poderia advir, os irmãos se apressaram em uma corrida leve, subindo o morro por uma outra ladeira lateral mais adiante. Pensavam que talvez isso seria um fato isolado que não acarretaria maiores problemas. Qual não foi o espanto de Gil e Jean ao despontarem cerca de uns 50 metros à frente da entrada da casa de Seu Portuga.

Já havia algumas pessoas no percalço e prontas para correr. Ouviam gritos de “pega ladrão”, “vagabundos”, “bandidos” ecoarem como gritos inquisitórios de caça. Ao avistarem um pequeno agrupamento de cerca de 10 pessoas, as quais se preparavam para pegá-los, os dois partiram em correria numa linha reta em direção a qualquer lugar. Os dois irmãos corriam frenéticos entre esquinas e becos buscando saídas, mas por onde passavam agregavam camadas de falas, gritos e desejos de expiação.

Atravessaram dois bairros, enquanto a quantidade de pessoas só aumentava. Num certo momento, cansados, exauridos, chorosos, desesperados, acuados, os dois irmãos curvam esbaforidos uma esquina de um beco que dava nos fundos de um

cemitério. Aparentemente, haviam conseguido despistar a multidão. Pararam por um segundo e respiraram. Ao olharem para a cara um do outro a expressão era de um medo primordial, a sensação era de ter deixado de ter direito à condição de vivente; era um medo cáustico.

Sem tempo para que os garotos pudessem desenvolver maiores pensamentos, uma multidão brotou pelos dois lados do beco deixando os dois irmãos sem saída. Gilberto e Jean se olhavam e choravam de medo. Gilberto, olhando aquela situação, se colocou em frente ao irmão e tentou falar com a multidão que vinha em sua direção. Levantou a mão, sorriu e tentou dizer – “Nós só...” Não conseguiu terminar. Um homem lhe acertou a face com um soco e ele tonteou. Seguiram-se pontapés. Gilberto sentia basicamente dor e a poeira entrando por suas narinas. Por um momento pensou: – que isso acabe logo, pelo menos.

Foi quando ressoou um estampido de tiro e a multidão parou o linchamento. Ao longe, Gil e Jean viam um senhor abrir caminho na multidão até eles e puxá-los pelo braço. O silêncio durou segundos e logo a multidão voltou a clamar por violência. A multidão quer vê-los serem linchados. Xingam, maldizem, gritam. Gilberto, nesse momento, fitava cada uma daquelas pessoas com suas expressões de raiva injustificada. Gil sentia que seu ódio se misturava com a tristeza de querer perguntar: – *Por quê?* Tinha raiva de ter vontade de perguntar por quê. Queria que a raiva contra eles ganhasse, mas algo nele queria saber o porquê. Seu corpo doía, sua alma desintegrava. Ao ouvir o choro baixo de Jean, Gil tinha vontade de esfregar o sangue de seus machucados nos filhos recém-nascidos de cada uma daquelas pessoas, para que eles soubessem o gosto dessa dor.

Pensar isso era como acordar de uma paralisia de sono preso em uma gaiola em queda livre. Num movimento de retorno veloz e instantâneo, Gilberto voltou a si como quem toma um gole de água salgada. Olhou para o lado e viu seu irmão, reconheceu que o senhor que os segurava era algum tipo de autoridade e decidiu agir. Começou a repetir incessantemente para o senhor em questão que eles estavam apenas fumando maconha, mas os gritos da multidão não permitiam que ele entendesse. Tentou uma, duas, na terceira tentativa, percebeu que o senhor em questão levantara a vista e mudara a expressão. Ele havia compreendido.

* * *

E ali estava Cerqueira em meio a uma multidão ensandecida cobrando que algo fosse feito com os rapazes. Após entender o que havia acontecido, percebeu que deveria fazer alguma coisa, pois, por mais que abominasse o uso de maconha, abominava mais ainda os crimes contra a vida, e, naquele momento, o confronto entre moral e vida deslocava sua matemática. Cerqueira não estava nem um pouco convencido com a história dos rapazes, mas, havendo um contraditório, desesperava-se com a ideia de deixar alguém morrer assim, mesmo que algo nele achasse que eles deveriam morrer.

Gritou uma vez pedindo silêncio, nada. Gritou uma segunda e nada. Na terceira, vez tirou o revólver da cintura, mas antes que precisasse dar um tiro todos silenciaram. Começou dizendo:

- Acho que houve aqui um mal entendido, esses rapazes não estavam roubando nada, disse o senhor.
- “MENTIRA”, alguém gritou lá de trás.

Daí se iniciou novamente uma agitação, contida dessa vez por um único grito de Cerqueira, que por algum motivo saiu das tripas, como se o pulmão tivesse dobrado de tamanho. Sem saber o que fazer, resolveu invocar um “*juridiquez*” a fim de que as pessoas não entendessem, mas respeitassem.

- Os dois meliantes aqui detidos por mim cometeram um crime de menor imputabilidade legal e baixo poder de constrangimento social de modo que solicito aos senhores entendimento para que qualquer ação descabida não seja tomada, uma vez que diligenciarei com os dois até a delegacia mais próxima para tomar as medidas legais cabíveis, falou o afoito Cerqueira.

As pessoas não entenderam. Olhavam-se umas às outras sem entender muito bem do que se tratava, mas de alguma forma sentiam que havia algum sentido naquilo tudo. Cerqueira, muito espertamente, aproveitou o ensejo e saiu carregando os meninos pelo braço enquanto falava outras muitas coisas. Logo entrou em seu carro e partiu com os dois realmente em direção à delegacia, afinal os dois precisavam responder pelo que fizeram e ele ainda não estava certo de o que eles fizeram. Mesmo quando pensava que

eles poderiam apenas ter fumado maconha, logo após pensava: - *Isso é errado, é crime.* Ao colocar os dois meninos no banco de trás, antes de fechar a porta, fitou por um segundo os olhares dos dois garotos. Tinham a expressão de desamparo com que ficam as crianças quando estão perdidas dos pais e já se cansaram de chorar. Tinham a condescendência desalentada daqueles que se veem sem porvir. Cerqueira não passou incólume a essa experiência de milissegundo. Mais do que ter certeza de que os garotos falavam a verdade, começava a sentir incertas suas certezas mais basais.

Durante o caminho, Cerqueira pensava quase que sem se permitir sobre o que estava fazendo, sobre o que havia acontecido. Por um momento, assumiu pela primeira vez pra si que seus filhos fumavam maconha, algo que sempre soube, mas sempre se enganara. Ao assumir isso, pensou que talvez tivesse inúmeros momentos em que seus filhos estavam em casa sob forte efeito de maconha e nada em seus comportamentos era indicativo de um perigo real para a sociedade. Tinha vontade de chorar ao olhar os dois rapazes com praticamente a mesma idade de seus filhos. Pensava nas famílias que costumava ajudar aos domingos e pensava se sua atitude naquele domingo estava ajudando. Sentiu-se um algoz de um chicote centenário.

Não suportando o peso daquela humanidade cristalizada humana, parou o carro, desceu e abriu a porta. Olhou para aqueles rapazes de face resignada, os quais nem se assustavam mais com a possibilidade de mais sofrimento que poderia vir pela frente. Essa imagem cortante colocava duas grandes tendências internas de Cerqueira em jogo. De um lado códigos que, naquele momento agonizando pelo excesso de vida, ainda diziam para ele que fumar maconha era errado, e do outro a valorização da vida como dado irreduzível sem haver código que a encerre. Fitou os rapazes e com os olhos rasos d'água apenas disse:

- Podem ir garotos, e não se metam mais em encrenca.

Sem entender muito, Gil e Jean apenas obedeceram e saíram andando sem pronunciar palavra e sentindo o peso de cem vidas em suas costas. Não estavam felizes por saírem, pois sair daquele carro era como acordar de um pesadelo de um inferno numa casa pegando fogo. Após cruzarem uma esquina e sentindo que já não havia mais perigo, disse Jean com a voz embargada de quem até o momento tivera pouco a dizer:

- Gil, você não lembra nem ele lembra, mas esse é o Tio Cerqueira, que quando éramos crianças costumava ir à nossa casa aos domingos para levar comida.

2. Um Choque de dissonância e a alegoria como método.

Inegável é que a experiência de substâncias psicoativas ilegais se tornou um problema na contemporaneidade. O ser humano, em tempos de sociedade neoliberal, apresenta uma precariedade experiencial exacerbada e, muitas vezes, padece em ciclos amortizantes que têm uma substância psicotrópica como elemento condensador. Há que se considerar, porém, que o corpo que padece é palco das querelas históricas e na composição de inúmeras linhas de forças emerge um sujeito. Ao longo de todo o século XX, uma grande operação de poder cindiu as experiências de psicotropia entre as proscritas e prescritas. Essa partilha social, corolária e partícipe da precariedade experiencial no campo do uso de psicoativos na contemporaneidade, habita os corpos. Como que essa partilha foi constituída?

A criação de um maniqueísmo entre a experiência de psicotropia legal e ilegal compôs um senso comum de que o fato de alguma substância ser considerada ilegal é um julgamento neutro, imparcial e acima de todas as outras possibilidades. Esse processo é uma tentativa exasperada de capturar as multiplicidades de relações com as substâncias psicoativas. Em algum momento da história recente, a destinação de um uso de psicoativo para os meios médicos e outro para o campo da segurança pública surgiu como uma arregimentação do exercício de um governo, ou da possibilidade de exercício de um poder/saber (FIORE; GOULART; LABATE, 2008). O uso tido como terapêutico prescrito só ganhou sentido na interface com outro tido como prejudicial, proscrito. Essa relação, porém, não teria conseguido lograr êxito em produzir uma abordagem de captura da experiência de uso de psicoativo na contemporaneidade se não considerarmos a produção, no século XX, de uma cidadania biológica na qual é fortalecida uma construção medicamentosa de si (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2008), uma vez que estamos afirmando que o poder age mais por positividade do que por repressão (FOUCAULT, 2012).

De início, já fica evidente uma importante tarefa de desconstrução de uma imagem totalizada no campo da experiência de uso de psicoativos ilegais, a qual cristaliza certas substâncias como naturalmente causadoras de males. Por composição metonímica fetichizada, essas substâncias, consideradas ilegais, acabam por ser

identificadas (na verdade, porém, seu usuário) como causadores de todos os problemas sociais.

O caminho de construção do presente texto parte de basicamente duas grandes apostas no que tange à metodologia. De um lado, assume-se de início a necessidade de acessar as urdiduras afetivas produzidas socialmente no campo do uso de substâncias psicoativas. Frente às muitas possibilidades de operacionalização desse objetivo, opta-se aqui por uma primeira entrada via composição por alegoria, como ficou evidente na primeira seção do artigo. Em outro flanco, evoca-se a contribuição de pesquisas de vocação genealógica para compor o que se pode chamar de o campo de densidade ético-política do debate apresentado pelo texto.

2.1. Alegorias psicotrópicas.

Segundo Gagnebin (1999), a hermenêutica alegórica emerge na filosofia clássica do distanciamento histórico que separa os leitores de escritos originais.. A interpretação alegórica era aquela que buscava no além-literal seu ponto de produção de sentido. De caráter fragmentário e arbitrário, sempre foi depreciada devido a sua “ausência de rigor à verdade”. É nesse ponto, porém, que Benjamin (1984) observa sua força e potencialidade.

Gagnebin (1999) continua dissertando que, frente a essa perda do sentido original, na perspectiva em que além literal se torna o campo da produção de sentido, torna-se imperativo a utilização de uma leitura que busque, sob o véu sensível das palavras proferidas, o seu pensamento, algo que os estoicos denominavam *Hyponoia* (Subpensamento), nomeado em definitivo por Filo de Alexandria por alegoria (do grego *αλλος*, *allos*, "outro", e *αγορευειν*, *agoreuein*, "discurso").

Desse recorte, evoca-se a perspectiva da alegoria como uma fala outra, uma fala que não encerre, em última instância, um sentido essencial e verdadeiro. Na alegoria há a “permissão” para que outros sentidos além do literal estejam presentes pelo exercício metafórico. Nesse sentido, o exercício alegórico posiciona as imagens no seu tempo histórico, uma vez que é a atualização pelo além de um pretense sentido original imutável. Sobre isso, Benjamin (1994: 165) diz: “Aquilo que é atingido pela intenção alegórica permanece separado pelos nexos da vida; é, ao mesmo tempo, destruído e conservado. A alegoria se fixa às ruínas. Oferece a imagem da inquietude entorpecida”.

A alegoria é a possibilidade de luto por *Ludus*. É a possibilidade de dizer o outro de si. É luto, pois realiza a morte do sentido primordial pelo jogo (*ludus*) com os sentidos possíveis. Ela não promove a rarefação dos sentidos em uma imagem única totalizada, mas opera justamente pela profusão significações. Acredito que a melhor forma de acessar o *Pathos* da questão da experiência de uso de psicoativos ilegal é pelo exercício alegórico, por isso é essa a porta de entrada do presente artigo. Por esse motivo, não espere leitor uma explicação do conto de abertura do presente artigo, o que verá são, no máximo, referências.

3. A proibição da Maconha e os elementos constitutivos de um *setting* clandestino: Um importante vetor da emergência do dispositivo “Guerra às Drogas”.

Uma importante contribuição para as ciências políticas advém do pensador Walter Benjamin e sua crítica à noção de História vigente em seu tempo. Nas “Teses sobre o Conceito de História” (BENJAMIN, 1987), o autor apresenta uma potente recomposição do fazer em história, a qual rompe essencialmente com uma perspectiva linear e evolucionista.

Nesse escrito, o autor apresenta uma perspectiva da história descontínua e aponta certa noção linear e evolucionista de história como uma complacência do fazer histórico com as classes opressoras (BENJAMIN, 1987). As imagens históricas são produzidas a partir de inúmeros vetores e não por um *continuum* inexoravelmente linear e estanque. Valendo-se das contribuições da crítica à história feita por Friedrich Nietzsche (2003) e propondo uma aproximação como o materialismo histórico, Benjamin (1987) apresenta uma proposta fazer historiográfico intempestivo, que possa evocar o poder bravo e disruptivo dos oprimidos na constituição das imagens históricas.

De início, é importante compilar algumas contribuições epistemológicas desse salutar escrito. É necessário dizer, não obstante, que não se trata de uma tradução do que o autor disse, mas elaborações próprias dos autores do presente texto, ou formas singulares constituídas a partir do contato com os escritos de Walter Benjamin.

Primeiro, a partir do referencial benjaminiano de história, diz-se que as imagens históricas são atualizações (imagens) as quais produzem um porvir e uma pré-história do fato *historicizado*. Essas imagens são presentes e compõem, numa arregimentação de “agoras”, sua imagética. Numa perspectiva linear, à qual o autor faz ferina

contraposição, o presente se torna um indefectível corolário dos acontecimentos que vieram antes; dessa forma, “sempre se está” no momento mais evoluído da história. Sob a égide dessa visão linear de história, passamos a habitar um conformismo incontornável e fatos como o nazismo em pleno século XX não têm condição de ser “entendidos”.

Segundo, sendo as imagens históricas uma produção presente, sua atualização é um fato essencialmente político que cria um estado de coisas ao mesmo tempo em que emerge de um estado de coisas, em uma produção mútua. No processo de afirmação de uma explicação histórica para um acontecimento, concorre uma genuína luta de classes em que, pela hegemonização da fala dos opressores, os oprimidos têm sua ancestralidade impedida; esse processo é imagético-material, é *monadal*, ou seja, agencia imagem e matéria no mesmo movimento. Dessa forma, ao trazer os saltos e apontar para perspectivas marginais nas imagens históricos, o verdadeiro “historiador materialista” (BENJAMIN, 1987) opera como um vetor de emergência *transvalorante*.

Terceiro, a que serve esse processo de linearização evolucionista da história? Ou, melhor dizendo, qual é a resultante política mais evidente desse processo? Entre muitas respostas que poderiam ser citadas, é interessante pensar que as imagens históricas lineares, em sua complacência com as classes dominantes, produzem zonas permanentes de exceção, em que se justifica todo ato de extermínio contra aqueles aos quais a existência política deve ser impedida, como o são aqueles que atualmente são conjurados dentro de alcunhas como traficante e/ou terroristas.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1987: 226).

Partindo do movimento de desmonte das imagens cristalizadas da história das drogas e buscando o contato com a experiência de uso de psicoativos, em última instância visa-se alcançar o poder dos lampejos revolucionários que muitas vezes jazem silenciados pelo processo de *contação* da história da drogas de que dispomos.

Dessa forma, a genealogia se mostraria como método condizente com o referencial de história aqui adotado. Genealogia que, em Nietzsche (1999, 2001) e em Foucault (1999a), constitui-se como a historiografia descontínua dos acontecimentos, ou seja, história não como o registro inequívoco da origem do fato estudado, como se a verdade sobre algo estivesse na ordem da providência divina da verdade, mas como um mergulho nos vários vetores de força que fazem um acontecimento emergir. Deve-se quebrar a nobreza das origens (NIETZSCHE, 2001) para ver surgir o ponto político de emergência do fato estudado a partir do campo de forças.

Nietzsche não utiliza o termo *Ursprung* (origem) para se referenciar ao fazer genealógico. No local, articula uma combinação entre os termos *Herkunft* (procedência) e *Entstehung* (emergência como formação, configuração). Outro termo muito importante utilizado pelo autor para falar da emergência na história é o *Erfindung* (invenção). Logo, na interface entre esses três termos pode-se pensar os fatos históricos a partir de seu ponto de emergência em que a própria pré-histórica do fato é invenção, porém as bases dessa invenção são, no tempo moderno, niilistamente escondidas sob a égide de uma origem inequívoca. As relações de força dessa invenção são tácitas, mas fortes em sua criação de uma existência ideal, que esvazia a potência dos acontecimentos.

As políticas proibicionistas e o ideal de total abstinência são uma invenção (*Erfindung*) no sentido nietzschiano e têm sua emergência no século XX, tendo ganho seu formato político contemporâneo sob a égide da chamada Guerra às Drogas (*war on drugs*). A principal estratégia da “*war on drugs*” para apagar seus rastros políticos obscuros constitutivos é o discurso da observância do bem-estar do cidadão comum, como se este necessitasse de tutela. Para que, porém, esse discurso se justificasse, era necessário transformar um pretense mal que a droga poderia causar ao sujeito em uma ameaça bio-moral ao tecido social. Em um sentido estrito, o que se operava eram os mecanismos de enquadramento das degenerescências em que o condenado era uma certa forma de recreação, intimamente ligada a certos cultos religiosos e expressões específicas de certos povos. Paulatinamente, a própria droga ganha um aspecto mítico de mal a ser combatido. Nesse sentido, a proibição tem essencialmente um cunho moral, mas um *procedure* bélico, e arregimenta discursos científico-legais. Esse mecanismo coloca em curso uma governamentalização do uso de psicoativos e cria regimes biopolíticos de exercício de poder (ROSA, 2012).

O processo de emergência e “invenção” dos acontecimentos está intimamente capilarizado nas dimensões obscuras, baixas, mesquinhas, inconfessáveis de nossas vivências, ao mesmo tempo em que irrompe como novidade (FOUCAULT, 1999a). Como um ladino que deve esconder seus rastros, a perspectiva linearizada e ideal de história coloca no local das relações de força a “nobreza das origens inequívocas”. Os dispositivos médico-legais em torno da proibição apagam os rastros políticos da emergência do ideário proibicionista e sua raiz moral-bélica de controle da pobreza, sob a égide da “tutela bem intencionada do cidadão comum sempre na iminência de se entregar aos perigos e tentações das ‘drogas’”.

Benjamin propõe como tarefa dessa historiografia descontínua “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987: 226). Dessa forma, a genealogia também é uma invenção, a invenção de uma ruptura nessa teia tácita que cria uma casca nobre para as origens e distancia o fato de suas bases políticas de emergência. A genealogia, assim, é a invenção de uma gagueira. Sobre isso afirma Rosa (2014: 186):

Para Foucault, a análise da proveniência não funda, ela agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que se pensava unido, mostrando a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. Assim, a genealogia de Nietzsche, no entendimento de Foucault, não se interessa pela “verdade”, mas sim por certas perturbações de verdades que se colocam dispostas nos perpétuos conflitos da história.

A ideia de uma evolução histórica linear aqui citada anteriormente é o chão onde se sustentam políticas proibicionistas e seu ideal de abstinência total. É comum ouvirmos que com a crescente evolução da indústria química no final do século XIX, a partir do isolamento dos primeiros alcaloides e o crescente uso de psicoativos, a sociedade percebeu os perigos do uso recreativo das drogas e quanto mais a história anda, mais se sabe sobre os perigos desse uso, de modo que “sabemos” que proibir é o melhor caminho. Por que, então, proíbe-se a maconha, velha, velhíssima conhecida da civilização humana, a qual só passa a ser um problema a partir do momento em que dizemos que as drogas podem ser um problema? Entendam, não se trata, com isso, de dizer que se deveria então liberar a maconha e que as drogas como cocaína e heroína são realmente más. Propõe-se apenas um deslocamento do discurso de observância do bem-estar das pessoas em que se sustenta a famigerada “*war on drugs*”.

Além dos movimentos institucionais nessa seara, assombra o modo como o sujeito moral que emerge da questão da droga no século XX amalgama o mal “moral”

com um suposto mal “médico”, o qual, ao ameaçar a espécie humana, deve ser controlado (FOUCAULT, 1999b). Nesse contexto, emerge o sujeito da experiência de uso de psicoativos ilegais como um mal para sociedade em todas as dimensões e que, por isso, deve ser caçado, pois, teoricamente, não é o sujeito que se caça, mas o mal que ele representa.

Por fim, não importa quem caçará, mas a emergência da caçada. A chave de acesso à caçada flutua imanentemente nas relações entre as pessoas e basta aos poderes instituídos cultivar e capitalizar. A *War on Drugs*, muitas vezes, mata por contingenciamento em que os poderes instituídos têm os ganhos de um trabalho sujo sem sujar as mãos.

Dessa forma, como vemos na história de Sandoval, Sandino, Gil, Jean, Portuga e Cerqueira, a prática que partilha os sujeitos em bons e ruins é imanente, e habita, tácita, nossas relações. O contato entre as realidades tidas como distantes é estratégia potente de reduzir a reificação e as práticas cegas de extermínio. O encontro Cerqueira, Jean e Gil promove a produção de um novo real, o real *transversalizado* em experiências de si que passam a não se sentir individuais, mas agenciamentos que são coletivos mesmo antes de se individualizar. Mundos que se encontravam a anos luz de distância tiveram a oportunidade de se transversalizar.

3.1 O termo Droga – “um equívoco” conveniente.

Poucas palavras guardam tantas polêmicas e flutuações semióticas quanto o vocábulo *Droga*. A partir de um estudo dos contextos históricos de emergência desse vocábulo e dos movimentos que tentaram abolir desvios da palavra criando uma média, ou uma univocidade para seu sentido, podemos ter uma ideia de como sua acepção contemporânea foi cunhada. Essa anamnese da palavra (BENJAMIN, 1984) é campo profícuo de contorno da história política das drogas. É possível observar no senso comum e até em discursos supostamente acadêmicos uma sinonímia entre substância psicoativa ilegal e o termo droga, “equívoco” fortemente presente no debate público da questão, e que se observa já na emergência da “*War on Drugs*”. Meios de comunicação, políticos, supostos especialistas costumam usar o termo droga como sinônimo de substância psicoativa ilegal.

Nos dias atuais, a palavra Droga, em sua acepção técnica consensuada, indica qualquer substância que altere a fisiologia do corpo sem que seja substância essencial

para a sobrevivência, como alimentos (FIORE, 2004; ANTON, 2006). Maurício Fiore (2004), em pesquisa sobre a temática, demonstra que apesar de essa definição ser, até certo ponto, de conhecimento geral nos meios acadêmicos, é possível notar no senso comum uma outra visão do termo. É importante notar que essa perspectiva comum do termo droga extrapola-se para discursos tidos como técnicos, como os de médicos, advogados, psicólogos. O autor constata, a partir do estudo de manchetes de jornais e entrevistas com médicos, que é muito comum essa relação de sinonímia entre *Substâncias Psicoativas ilegais* e o termo *Droga* (FIORE, 2004).

Danilo Anton (2006) contorna alguns dos caminhos semânticos dessas imprecisões, elencando os vários sinônimos equivocados no uso contemporâneo do termo Droga. O autor menciona, por exemplo, a compreensão de Drogas como substâncias de efeito alucinógeno, porém apenas um pequeno grupo de substâncias causa alucinações. Outra forma de significar o vocábulo é a designação de drogas como narcóticos, que também só abarcaria a ideia de sedação, adormecimento. Em outra dimensão, Anton (2006) demonstra que, para alguns, as características de supostas causadoras de dependência seriam definidoras do que se entende por drogas, porém muitas substâncias de consumo não essencial e que causam alterações fisiológicas não são produtoras de dependência. Anton (2006) conclui com a observação do mesmo problema pontuado por Fiore (2004): a linearização semântica entre Droga e substância psicoativa ilegal. Para Danilo Anton (2006), tal imprecisão advém do discurso proibicionista e tem relação com certo fetichismo social em torno da temática.

Em suma, o vocabulário do proibicionismo é sistematicamente impreciso e contraditório. As únicas razões que determinam a definição de uma substância como uma droga ilícita são de natureza históricas e culturais e se referem a qualificações irracionais promovidas por setores dogmáticos além de toda lógica científica (ANTON, 2006: 126)³.

Anton (2006) traz um breve percurso etimológico, evocando os vocábulos que deram origem ao termo. A palavra “*Droga*” é exatamente a mesma em português, italiano e espanhol e é usada desde o século XIV na Europa, assim como “*Droque*” em Francês, “*Drug*” em inglês e “*Droge*” em Alemão. Há hipóteses de que possa ter derivado do francês arcaico “*Drouge*” ou do alemão médio “*Droge-vate*”, que significava barris secos, ou mercadorias secas, uma vez que “os remédios” eram basicamente plantas secas. Fiore (2004) discorre que apesar das controvérsias a respeito

da origem do termo, a versão mais aceita é de que provém do termo Holandês “*Droog*” (seco), que se referia essencialmente aos carregamentos de peixe seco que, ao chegar à Europa, muitas vezes em mau estado, precisavam ser tratados com produtos químicos.

Compondo com os rastros etimológicos, quando se falava Droga, historicamente tratava-se de algo seco que era trabalhado para ser transportado ou ter seu efeito concentrado. Pode-se pensar toda história das grandes navegações a partir disso. Especiarias, ervas aromáticas, ervas curativas, enfim, uma infinidade de matérias era abarcada sob a alcunha *Droga*. Anton (2006) ainda lembra que, a partir do século XVI, o termo droga começa a ser relacionado com a ideia de veneno, de modo que o caráter pejorativo, ou negativo do termo foi sendo forjado no entorno da palavra que, por sua vez, aglutinou o sentido.

Emblematicamente, a constituição de uma “*War on Drugs*” depende da disseminação da visão obtusa e reducionista da droga como substância psicoativa ilegal, além de anexar ao termo a ideia de um mal em si. Essa relação não é um fato isolado e cumpre um papel de conjurar as inúmeras camadas arqueológicas de sentido sobre as quais a palavra foi se erigindo, para, num determinado contexto, compor de forma descontínua e oportuna no entorno da palavra uma arregimentação de saber-poder, para que efeitos de subjetivação sejam operados no tecido social.

Grande parte da política de drogas de que dispomos, seja no campo da saúde ou da segurança pública, em nível mundial, é um resultado do fortalecimento político societário dos discursos de eleição da droga como inimigo mundial. Clécio Lemos (2015), em analítico artigo intitulado “A Outra História da Guerra às Drogas: Contribuições da Oitava Tese de Walter Benjamin”, discute como a internacionalização de um modelo proibicionista e repressivo sobre a droga teve a ONU como mecanismo central de difusão e arregimentação. De certa forma, essa abordagem perdura até tempos atuais no bojo dessa organização, sendo ratificada por encontros e documentos ao longo dos últimos 30 anos (LEMOS, 2015). dura até tempos atuais, sendo ratificado por encontros e ui

eve a ONU como mecanismo central geneologicamente no entorno da pal

O modelo de abordagem da questão do uso de psicoativos ilegais como uma questão de combate, logo uma questão de polícia, foi gestado no interior da sociedade americana. A “*war on drugs*” foi sendo erigida ao longo de todo o século XX e uma análise genealógica de sua emergência carece do mapeamento de inúmeros vetores.

Uma dessas linhas de força é a ascensão de um ideal social de abstinência com relação às drogas, que ganhou força no bojo do protestantismo estadunidense do início do século XX e tem sua primeira expressão institucional na promulgação do *Volstead Act*, em 1919, a chamada lei seca, que proibiu a produção e comercialização de álcool nos EUA (LEMOS, 2015). Essa foi a primeira grande investida estatal no sentido de criminalizar e punir o uso de uma substância psicoativa (ESCOHOTADO, 2004). Não obstante a caçada pública impetrada pelo governo americano, o *Volstead Act* não só fracassou em coibir o uso de álcool como deu condições para a instrumentalização e fortalecimento da máfia. Evoco esses movimentos em torno das institucionalidades em solos do EUA, pois essa não foi apenas uma questão política doméstica *Yankee*. Ao longo de todo o século XX, a política proibicionista em seu intento de criação de um inimigo público relacionado às drogas foi sendo espalhada no mundo inteiro a partir de inúmeras pressões políticas dos EUA (ROSA, 2014; LEMOS, 2015). Um dos momentos emblemáticos da emergência da “*war on drugs*” é o pronunciamento público do então presidente dos EUA, Richard Nixon, em junho de 1971, pois nesse discurso é possível perceber as bases éticas e estéticas da política de Guerras às Drogas, a qual moldou (e molda) as políticas de atuação sobre a questão.

Na década de 70, o mundo experimentava uma grave crise econômica; a guerra do Vietnam estava, inclusive, no seu momento central; havia as movimentações internacionais advindas da alucinógena e libertária década de 60; havia um certo declínio do bloco comunista. Nesse ínterim, nessa sopa primordial da contemporaneidade, Nixon profere o seu icônico pronunciamento em que diz: *America's public enemy number one in the United States is drug abuse. In order to fight and defeat this enemy, it is necessary to wage a new, all-out offensive*⁴ (O inimigo número um dos EUA é o abuso de drogas. Para combater e derrotar esse inimigo é necessário uma nova e total ofensiva). Não se trata meramente de uma questão de política doméstica. De alguma forma, o governo norte-americano, naquele momento, capitalizava inúmeros vetores de força política. De um lado, respondia a uma demanda popular conservadora; criava uma *dispositividade* para contenção dos crescentes movimentos populares de contestação da década de 60; plantava e consolidava um inimigo público capaz de condensar insatisfações, medos e frustrações. Não era só isso, porém. A experiência de uso de psicoativos é íntima do ser humano e se espalha por todos os cantos do planeta desde tempos imemoriais (ESCOHOTADO, 2004); logo,

considerando a maquinaria bélica, política e econômica do EUA, a partir do momento em que se institui a droga como um inimigo número um, Nixon criava um chão para políticas internacionais intervencionistas que, pela justificativa de coibir um mal em si, cria chaves de acesso dos EUA em praticamente qualquer lugar do mundo.

Para o presente debate, importa o fato de que, naquele momento, consolidava-se um entendimento completamente enviesado da noção de Droga, o que, substanciado por uma certa cientificidade construída ao longo da primeira metade do século XX, condensa o que Rosa (2014) denomina uma “razão proibicionista”.

O projeto de controle de certas populações a partir de certos hábitos via patologização moralizante de suas condutas, que, no caso em questão, fora forjado na virada do século XIX para o século XX (ROSA, 2014), ganha seu formato atual na década de 1970, no “momento Nixon”. Nesse sentido, o que se observa é que um sujeito-moral foi sendo forjado para que a “possibilidade Nixon” emergisse na década de 1970. No campo da moral erigida, pensando quais mecanismos operavam no bojo dessa razão proibicionista, é importante lembrar o que afirma Foucault (1984: 27):

Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário “conduzir-se” – isto é, a maneira pelo qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código.

De certa forma, por esse excerto e evocando a discussão feita por Foucault nesse momento da sua obra, diz-se que mais importante para a análise aqui em curso não é essencialmente qual a conduta correta, ou quais os códigos vigentes, mas a forma como os sujeitos se desejam morais, como eles se direcionam morais. Nesse sentido, o exercício do poder não precisa ser estritamente prescritivo-repressivo, ele apenas captura os conflitos nessa diversidade de modos de ser moral. Não é a regra, tampouco somente as condutas que definirão a análise das moralidades, mas os conflitos no encontro do sujeito com as prescrições (FOUCAULT, 1984). Nessa dinâmica, até os “deslizes morais” são capitalizados. O sujeito que é usuário de drogas e está tentando parar de usar, mas tem inúmeras recaídas, pois mantém-se na busca incessante por se curar “do mal da droga”, é, eventualmente, um elemento até “mais moral” do que aquele que efetivamente para de usar drogas. Esse sujeito é um reafirmador da droga como mal a ser combatido.

É nesse sentido que a “guerra às drogas” é o dispositivo de consolidação da moralidade da abstinência, pois a institucionaliza. Uma moralidade abstinente vinha

sendo forjada; o saber médico se encarregou de consagrar um efeito de verdade a respeito das “drogas” e seus males; e a institucionalização da “Droga” como questão de polícia “regrou” essa história. Daí em diante, o que se compõe é uma série de dispositivos capazes de capitalizar a heterogênesse dos modos morais que emergiram desse encontro (FOUCAULT, 1984).

O imperativo de conduta que se consolida não é, somente, “mantenha-se abstinente”, mas não se drogue sozinho, ou não se drogue por conta própria e, nesse entremeio, entrecruzam-se instituições do campo da segurança e da medicina. Como estratégia para apagar os rastros constitutivos, usam-se os enunciados de zelo pelos perigos da automedicação e se coloca como mediador do bom uso uma maquinaria técnica dotada de seus próprios mecanismos.

O modelo de guerra às drogas foi internacionalizado e compôs uma institucionalidade além-muros da nação norte-americana. Essas movimentações político-societárias acirraram, ou melhor, valeram-se da disseminação irrestrita de uma visão completamente equivocada da ideia de Droga, seja em termos etimológicos, seja em termos morais, seja em termos científicos. Equívocos não a partir da perspectiva de uma validação logocêntrica, equívocos quando pensamos toda a problemática causada pela perspectiva da droga como um problema.

3.2 Sobre a proibição da Maconha

Dentro da alegoria científica moderna, Maconha é o nome genérico para o psicoativo derivado de plantas do gênero *Cannabis*, nativas do sul e do centro da Ásia. Conhecida pela humanidade há cerca de 5000 anos, a *Cannabis* contém mais de 400 componentes, sendo cerca de 60 deles canabinoides (CRIPPA et al., 2005). De todos os componentes presentes nas plantas, o elemento psicoativo é o D⁹-tetrahydrocannabinol (D⁹-THC), que tem influência ainda misteriosa no cérebro, além de ter psicoativação difusa por inúmeros sítios cerebrais. Além disso, o efeito é completamente variável por aspectos próprios da dose consumida (CRIPPA et al., 2005). O funcionamento químico do D⁹-THC varia de acordo com inúmeros fatores ambientais, que vão desde a espécie da planta a elementos como iluminação e nutrientes recebidos pela planta no curso de seu desenvolvimento. Em outro flanco, importante destacar que os efeitos variam também em decorrência das condições do uso e de características do usuário.

É classificada pela psicofarmacologia como uma substância perturbadora do sistema nervoso central, ou seja, que tem a capacidade de causar um funcionamento neuropsicológico diferente em termos qualitativos do pressuposto pelo sujeito epistêmico da neurofisiologia. Cumpre reforçar, porém, que a eleição de um funcionamento normal, ou previsto, para o cérebro já cumpre o papel de configurar os corpos e buscar um ordenamento normatizado dos corpos. O cérebro é um órgão dinâmico e que assume configurações sempre contingentes. Interessantemente, as drogas ditas perturbadoras ainda perduram como mistério devido os inúmeros dados contraditórios que evocam nos estudos de neuroimagem (CRIPPA, et al., 2005), por exemplo.

Pode-se dizer que o efeito da cannabis é complexo e está ligado a todo o funcionamento do cérebro de forma difusa. Disso decorre que os efeitos dessa substância são essencialmente variados, estando intimamente ligados a intempéries ambientais e características do usuário (BRANDS, 1998; GOLD, 1998). Os efeitos variam de sensação de relaxamento e sonolência a excitabilidade e euforia.

A maconha é uma velha conhecida da humanidade. Alguns registros do uso da planta datam de cerca de três mil anos antes de Cristo, sendo seus usos espalhados nos mais variados campos – têxtil, medicinal e recreativo. Apesar desse milenar uso, a primeira lei que efetivamente proibiu o uso da *cannabis* foi feita por Napoleão Bonaparte em 1798, ao dominar o Egito, pois julgava que os recém-dominados eram dotados de agressividade extra ao fazer uso da substância.

Para fins da análise aqui em curso, três momentos na história moderna da maconha serão evocados: o pito de Pango; a participação Brasileira no 2^a Conferência Internacional do Ópio, em Genebra; e a campanha proibicionista norte-americana capitaneada por Harry Anslinger.

O Pito de Pango

Lucas Avelar (2014), em um interessante artigo intitulado “Uso se Branco, Abuso se Preto”, em que estuda o contexto colonial a respeito das drogas no Brasil, demonstra como elas eram estimuladas ou proibidas tendo como motivação apenas elementos sociopolíticos.

Logo de início, o autor lembra que a palavra “droga”, que constava no dicionário Antônio Moraes da Silva de 1813, significava qualquer agrupamento de

“riquezas exóticas”, produtos de luxo e/ou mercadorias destinadas à medicina e adubação para culturas de alimentos (AVELAR, 2014).

Das muitas questões evocadas pelo autor nesse artigo, a que talvez seja mais emblemática para o trabalho em curso neste texto diz respeito à publicação do Código de Posturas em 1830. Esse documento trazia normatizações a respeito da higienização das ruas, regulamentação do comércio e definição de modos públicos. Havia também, no referido documento, regulamentação da venda de remédios e produtos do gênero, na qual se proibia comércio e uso do “Pito de Pango”. Esse era o nome dado ao cigarro de maconha cultivado e fumado pelos escravos, tanto de forma recreativa quando ritualística. A proibição da embriaguez pública e do “pito de pango” eram estratégias para encarcerar negros que andavam pelas ruas naqueles tempos. Houve um novo código de conduta em 1854, que ampliou a punição para consumo do Pito de pango (AVELAR, 2014). Lucas Avelar encerra o artigo dizendo:

Sob a república, ao longo do século XX, não diminuiria a repressão do consumo de plantas, bebidas e fumaças no Brasil e no mundo. Pelo contrário: ela atingiu o status de “guerra”. Há muito tempo, a proibição é forma de recusar o reconhecimento dos direitos individuais. No Brasil, ela provoca segregação que nega direitos sociais aos não brancos (AVELAR, 2014: 24).

Rowan Robinson (1999), em seu célebre *O Grande Livro da Cannabis*, lembra que o primeiro estudo específico sobre a *Cannabis* no Brasil foi realizado por Rodrigues Dória, professor de medicina pública na Faculdade de Direito da Bahia, sendo apresentado no II Congresso Científico Pan-Americano, ocorrido em Washington em 1915. O nome do trabalho era “Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício”. Segundo Robinson, o documento “contém pérolas do mais refinado preconceito racista, além de associar os efeitos da *cannabis* ao ópio” (ROBINSON, 1999: 116), o que é um flagrante erro e uma forçosa tentativa de imprimir severidade ao quadro apresentado. Robinson (1999: 116) continua dizendo: “as afirmações de Dória prevaleceram por anos e serviram, como servem, a muitos defensores de políticas proibicionistas e repressivas com relação à *cannabis*”.

Durante o século XIX, a psiquiatria lombrosiana e seu apelo eugenista fetichizado ganhou muita força no Brasil. Esse referencial buscava elementos genéticos, anatômicos, que indicariam características inatas para o crime e/ou vícios morais. Essa perspectiva é o alimento ideal para conteúdos morais de demonização de grupos inteiros

e foi o combustível necessário para a disseminação da ideia do negro como um perigo. É nesse bojo que a maconha, usada comumente pelos negros no Brasil, começa a ser vista pela “ciência” brasileira como algo causador de condutas criminosas, psicopáticas, psicóticas (BARROS; PERES, 2011).

Impressionante notar como, salvaguardadas as devidas proporções, ainda é possível ver inúmeros estudos científicos que se esforçam em demonstrar o caráter vicariante e enlouquecedor do uso de *cannabis*. Peres e Barros (2011) demonstram que mesmo após a proclamação da República foram instaurados

dois instrumentos de controle dos negros em 1890: o Código Penal e a “Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação”, a fim de combater cultos de origem africana e ao uso da cannabis, utilizada em rituais de candomblé, considerada “baixo espiritismo” (BARROS; PERES, 2011: on-line).

Naquela época, viu-se emergir inúmeros estudos de psiquiatras brasileiros, que, sob a suposta meta de estudar os usos maléficos da maconha, acabavam por erigir discursos etnocêntricos, eugênicos e preconceituosos (BARROS; PERES, 2011). Nesses estudos, de um lado fala-se nos sintomas psicóticos que supostamente a maconha causaria, ao mesmo tempo que se relaciona a cultura de grupos minoritários como perigos ao corpo social. Cumpre-se o papel nesse momento de criar um sujeito perigoso e forja-se a possibilidade, a partir de um ideário espalhado de medo e desconfiança, de controle de parcelas tidas como desviantes da sociedade.

A participação Brasileira no 2ª Conferência Internacional do Ópio

Sabemos que a planta *cannabis* não é nativa do Brasil e que fora trazida para cá pelos africanos (CARLINI, 2006). Convém citar, pelo menos de soslaio, a participação do Dr. Pernambuco, por delegação, para representar o Brasil na II Conferência Internacional do Ópio, realizada em 1924, em Genebra, pela antiga Liga das Nações, pois, segundo Carlini (2006), essa participação foi um dos motivos para se acirrare internamente as medidas policiais de controle do uso de maconha a partir da década de 1930. Na ocasião, havia delegações de mais de 40 países, os quais, obviamente, esperavam discutir ópio, porém por pressão e articulação política, o Dr. Pernambuco coloca na pauta do dia a Maconha (CARLINI, 2006; BARROS; PERES, 2011).

Uma vez na pauta, Dr. Pernambuco tratou de levar o debate na direção de dizer que a “Maconha é pior do que o Ópio” (CARLINI, 2006; BARROS E PERES, 2011,

KENDALL, 2003). O que ocorre é que, em consonância com outros movimentos em nível internacional, a efetiva colocação da temática da Maconha no bojo da discussão da proibição do ópio cumpriu dois papéis importantes: criou vias de institucionalização política de uma caçada racista no Brasil; e, tendo em vista a carência, naquele momento, de estudos científicos a respeito da maconha, contribuiu com a composição de um senso comum de demonização da práxis *canábica*.

A partir disso, o que se produz é efetivamente uma justificativa documental-política internacional para acirrar a repressão ao uso e consumo de maconha no Brasil (CARLINI, 2006), aumentando e institucionalizando a repressão e intervenção sobre grupos minoritários. Essa forma de abordagem, depois de 100 anos, continua mostrando nenhuma efetividade, como afirma Carlini (2006) sobre o uso de maconha na contemporaneidade:

O perigo maior do uso de maconha é expor os jovens a consequências de ordem policial sumamente traumáticas. Não há dúvida de que cinco dias de detenção em qualquer estabelecimento policial são mais nocivos à saúde física e mental do que cinco anos de uso continuado de maconha” (CARLINI, 2006: 317).

Harry Anslinger

Muitos artigos, livros e documentários que tratam da história da proibição da maconha passarão necessariamente pela história dessa controversa figura chamada Harry Anslinger. Nesta seção, usarei como referência basicamente o documentário *GRASS - A verdadeira História da Maconha*, de 2000, pois a abordagem desse filme, além de consideravelmente fidedigna, é muito interessante no sentido de apresentar a produção de certa subjetividade de medo em torno da substância. Além disso, o referido documentário é uma compilação densa, porém didática, de estudos sobre a proibição da maconha.

Em muitos lugares do mundo já era prática fumar maconha e, apesar dos muitos usos do cânhamo já serem conhecidos nos EUA, a prática recreativa de uso da cannabis começa a se popularizar naquele país na virada do século vinte, a partir da chegada dos inúmeros mexicanos que desembarcavam no sudoeste estadunidense em busca de trabalho. O uso da maconha fumada era uma forma de suportar as horas de trabalho nas lavouras. A população branca das fronteiras - diga-se de passagem, em locais que haviam sido México um dia - tinha certa ojeriza aos mexicanos e seus costumes. Era comum ver discursos afirmando que a maconha dava força extra aos Mexicanos, o que,

automaticamente, se transformava na afirmação de que essa força extra tornava esses estrangeiros assassinos quando em uso da droga. (GRASS, 2000).

No Sul dos Estados Unidos, começaram a surgir leis que, sob o pretexto de controlar a maconha, serviam essencialmente para controlar mexicanos. Muitos dos cidadãos norte-americanos pouco ou nada sabiam sobre maconha. Existia, naquela época, no imaginário geral, a preocupação com pessoas dependentes de cocaína, heroína e ópio. É nesse imaginário que se situarão os principais discursos de proibição da maconha. A resposta, porém, do governo norte-americano, ao invés de tratar a questão como de saúde pública, foi criar a Agência de Controle de Entorpecentes, ligada ao Departamento do Tesouro sob o comando de Harry Anslinger (GRASS, 2000).

Anslinger permaneceu nesse cargo da fundação da Agência, em 1930, até 1962, quando foi demitido por Kennedy. Ele foi responsável pela criação de uma campanha forte envolvendo atos jurídicos, manipulação midiática e supostos estudos científicos para demonizar a maconha no século XX. Eram comuns artigos e pronunciamentos de Anslinger em que atribuía assassinatos, estupros, e outros crimes a usuários de maconha (ROBINSON, 1999). Fato interessante é que as primeiras pesquisas que associavam maconha e loucura, maconha e destruição de neurônios, tiveram origem “na compra” de estudos feita por Anslinger (GRASS, 2000).

O chefe da divisão de narcóticos passou a centralizar uma série de vetores políticos interessados na proibição da maconha. Catalisava anseios públicos pela moralização e combate aos vícios; respondia à demanda da indústria farmacêutica; coibia a plantação de cânhamo e dava espaço para a expansão do nylon; criava uma hostilidade entre o povo norte-americano e os imigrantes mexicanos.

Fora realizada uma grande operação de condensação de vetores em direção a um exercício político. O que Anslinger fez foi catalisar o medo do norte-americano comum em direção a um único inimigo - desconhecido o bastante para ser fantasmagórico e visível o bastante para ser combatido; porém não era a maconha que era visível, mas o corpo que a usava. Utilizando uma maciça máquina de propaganda, Anslinger espalhou o medo entre a opinião pública, ao mesmo tempo que capitalizava politicamente, forçando a aprovação de leis proibitórias em todo o território nacional (ROBINSON, 1999). Esses movimentos, na aurora do século XX, em torno da maconha erigiram, em consonância com inúmeras outras linhas de força, um conjunto de saberes e práticas

sobre a Droga que atestaram sua “ameaça” e serviram de base para políticas que se condensaram na famigerada “War on Drugs”.

4. Considerações finais

O ser humano emerge de associações, conexões, relações. Existe uma perspectiva que cria uma ontologia da dependência como fruto de características inerentes da substância e/ou do usuário. É fato notório, porém, que há uma multivalência característica no uso de drogas que agencia sujeitos, contextos, eventos, acordos, saberes, afetos.

O que vimos ao longo da história da caçada às drogas em sua justificativa quimicamente ontológica do problema da dependência é que parcelas inteiras da população são mantidas numa profunda precariedade relacional, o que dificulta a produção de sentido com a experiência de psicoativos, pois o *modus operandi* proibicionista afirma que não há sentido possível, apenas padecimento. Muito do motor da dependência está nessa precariedade das conexões sociais (ALEXANDER, 2010; HART, 2013), na rarefação de possibilidades de expressão *desejante*. O *setting* relegado ao uso de maconha no séc. XX, assim como outras drogas, mantém uma condição de clandestinidade contínua a certos grupos que fazem uso. Essa clandestinidade garante que o *setting* de uso seja mediado pelas instituições da seara da segurança pública, mantendo o corpo dos sujeitos usuários em condição traumática constante, seja pelo efetivo encontro com as forças policiais, seja pela experiência de ser potencial caça da maquinaria da segurança pública, o que, via de regra, agencia movimentos da ordem da competição e violência em usuários e agentes policiadores. A questão, porém, na verdade é a de um controle das massas pobres, desviantes, das massas à borda. Ao longo do século XX, algumas chaves de acesso à intervenção irrestrita sobre esses corpos à margem foram sendo forjadas, e uma delas é a Droga. O principal efeito da guerra às drogas foi impedir que uma experiência fosse narrada, promovendo uma precariedade de vazão experiencial ao mesmo tempo em que se constituiu uma máquina de silenciamento de setores minoritários da sociedade, alijando-os do processo de participação da produção das imagens históricas.

Isso se deu pela produção de *Setting* Clandestino automático ao uso de substâncias psicoativas, o qual constituiu rarefação das possibilidades de produção de territórios de vida pela expropriação da possibilidade de produção de sentidos na

experiência de uso de psicoativos - e o corpo precário de associações, de mediações, padece.

Trouxemos neste texto o processo, mesmo que superficialmente, de proibição da maconha, pois ele foi emblemático na criação do formato da guerra às drogas. Uma guerra contra minorias, que servira para capitalizar poder político a partir, dentre outras coisas, do discurso moralista e apelativo do *status quo*. Isso criou uma clandestinidade compulsória para o uso de certos psicoativos. Na clandestinidade, porém, há um outro fluxo relacional. Os saberes, dependendo de onde se situam, flutuam de forma mais lateral. Ao nos aproximarmos do saber da experiência com o psicoativo, ao invés de produzir saber sobre o psicoativo, apostamos nessa marginalidade. Apostamos que essa clandestinidade contamine o texto com um outro *Ethos*, um *Ethos Pirata*, um *Ethos* da pirataria, um *Ethos* de passagem.

Jorge Larrosa Bondía (2002) ao cartografar a filologia do termo experiência, afirma que um dos radicais que forma a palavra é o radical indo-europeu *Per*, que traz o sentido de travessia, de passagem, de limiar. Um das palavras que carrega essa ideia advinda do *Per* grego é a palavra Pirata. A pobreza de experiência na modernidade advém da crença irrestrita na produção de informação, no experimento. Precisamos encontrar vias de composição com o saber da experiência, experiencial. O contato com a experiência de uso de psicoativos ilegais, por exemplo, molda o presente texto em vários âmbitos. Na metodologia, surge a aposta na alegoria, que é a matriz dos bardos, dos loucos, dos amantes, dos sonhadores. No *ethos*, não há condenação do uso de drogas, não há condenação do usuário, mas também não há condenação do policial. Talvez, seguindo essa linha, o *pathos* seja a pedra de toque. A aposta é que todo o presente texto seja uma peça linguística de provocação, de aturdimento. Esse é o *Ethos Pirata* que atravessa o escrito e que surge como um chamamento a um novo olhar sobre a temática – a abertura à potência do saber clandestino dos *settings* de uso de psicoativos ilegais na contemporaneidade para além de sua sobrecodificação técnico-científica.

Referências

ALEXANDER, B. The myth of drug-induced addiction. 2010. Disponível em: <<http://www.brucekalexander.com/articles-speeches/demon-drug-myths/164-myth-drug-induced>> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

- ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às “drogas” no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: FIORE, M.; GOULART, L. S.; LABATE, C. B. *Drogas e Cultura: Novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- AVELAR, L. Uso se branco, abuso se preto. *Revista de História da Biblioteca Nacional (Dossie Drogas)*. Ano 10, No.110. Novembro de 2014. p.22 – 24.
- ANTÓN, D. El concepto “drogas”: desinformación em sociedades consumidoras periféricas. *Cultura y Droga*. Manizales, v. 11, n. 13, p. 123-144, 2006.
- BARROS, A.; PERES, M. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. *Revista Periferia*. Volume III, número 02. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/3953/2742>> Acesso em: 05 de janeiro de 2017.
- BENJAMIN, W. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Teses Sobre o Conceito de História. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas*. Vol I. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas III).
- BRANDS, B. et al. *Drugs and drug abuse*. Addiction Research Foundation. 3a. Ed. Toronto: 1998.
- CRIPPA, J. A. et al . Efeitos cerebrais da maconha: resultados dos estudos de neuroimagem. *Revista Brasileira de Psiquiatria.*, São Paulo , v. 27, n. 1, p. 70-78, Mar. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: on 25 June 2017.
- CARLINI, E.A. A história da maconha no Brasil. *Jornal brasileiro de psiquiatria*. vol.55, no.04, Rio de Janeiro, 2006. p.314 – 317.
- ESCOHOTADO, A. *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona, 2004.
- FIORE, M.; GOULART, L. S.; LABATE, C. B. *Drogas e Cultura: Novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIORE, M. Tensões entre o biológico e o Social nas Controvérsias Médicas sobre o uso de “drogas”. *Anais da XXVIII Reunião da ANPOCS*. Caxambú, 2004.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres*, Vol II. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nau ED. 1999a.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999b.

_____. *História da Sexualidade – A vontade de saber, Vol I*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

GOLD, M. S. The pharmacology of marijuana. In: GRAHAN, A. W.; SCHULTZ, T. K. (editores). *Principles of Addiction Medicine*. ASAM, Chevy Chase, 1998. p. 187- 194.

GRASS: A verdadeira História da Maconha. Documentário dirigido por Ron Mann. 2000. EUA: SPHINIX PRODUCTION. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=NnpBLIH6kKk> > Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

HART, C. Drugs don't turn people into criminals. 2013. Disponível em: < http://www.salon.com/2013/06/17/carl_hart_drugs_dont_turn_people_into_criminals_partner/ > Acesso em: 12 de junho de 2017.

Kendall, R. Cannabis condemned the prescription of Indian hemp addiction. p.143-51, 2003. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12534418>> Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

LEMONS, C. A Outra História da Guerra às Drogas: Contribuições da Oitava Tese de Walter Benjamin. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, n^o.3, setembro-dezembro, 2015, p. 556-581.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral* (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A Gaia Ciência* (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1^a ed. 2001.

_____. *Segunda consideração intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ROSA, P. O. *Drogas e biopolítica: uma genealogia da redução de danos*. 2012. 373 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSA, P. O. Outra história do consumo de drogas na modernidade. *Cad. Ter. Ocup.* UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 185-196, 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.041> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

ROBINSON, R. *O Grande livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Getúlio Sérgio Souza Pinto
Psicólogo - Universidade Federal do Espírito Santo;
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional UFES.
E-mail: getuliosspinto@gmail.com

Prof. Dra. Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo;
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional.
E-mail: calimanluciana@gmail.com

Profa. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo;
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional;
Programa de Pós-Graduação em Educação.
E-mail: betebarros@uol.com.br

¹ Vale do Cricaré - região ao longo do Rio São Mateus e Mariricu, ao norte do Espírito Santo, onde hoje é o município de São Mateus. O Vale em questão fica especificamente na porção mais ao norte da cidade, onde se forma uma baixada que dá acesso a uma imensa área entre o a parte alta de São Mateus e o rio Cricaré. Essa região costuma alagar toda durante o período de chuvas, formando um imenso pântano alagadiço que se assemelha a um mar de tão vasto. Nessa área ocorreu a chamada batalha do Cricaré, uma das mais sangrentas guerras entre portugueses e Índios Aimorés. A batalha teve início em 1557 e visava dar conta dos índios hostis que ameaçavam Vasco Fernandez Coutinho do domínio naquelas terras. Foi nessa batalha que morreu Fernão de Sá, filho de Mem de Sá. O rio Cricaré era uma importante entrada pelo mar para o interior do Brasil, de modo que conquistá-lo era essencial para Vasco Fernandez, capitão das capitanias do Espírito Santo. Os portugueses, sob comando de Fernão de Sá, atacaram fortificações Aimorés na região, porém sofreram nessa primeira investida uma considerável derrota, situação em que morreram Fernão de Sá, além de Manuel Álvares e Diogo Álvares, ambos filho de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Após essa investida frustrada pela força guerreira do povo Aimoré, os portugueses fizeram outros ataques, promoveram uma larga matança de índios e enfim dominaram a pólvora a região.

² Gíria que significa emprego.

³ Tradução própria - *En definitiva, el vocabulario del prohibicionismo es sistemáticamente impreciso y contradictorio. Las únicas razones que determinan la designación de una sustancia como droga ilícita son de tipo histórico-cultural y se refieren a calificaciones irracionales promovidas por sectores dogmáticos más allá de toda lógica científica.*

⁴ CNN: THE WAR ON DRUGS, 40 YEARS LATER. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jtZaWLOSjWA>